



CÂMARA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ-SP

Rua Alcides Silveira, nº 1.000, Vila Nova, fone (18) 3279-1702

CEP nº 19.572-026 – Regente Feijó – Estado de São Paulo

cm@camararegentefeiho.sp.gov.br

www.camararegentefeiho.sp.gov.br

“A Cidade do Poeta”

Requerimento 002-2026

Data: 30/01/2026

EMENTA: ASSUNTO: Solicita informações acerca da forma de provimento dos cargos de direção e coordenação escolar no município, bem como sobre eventual perda de recursos federais na área da educação.

A Vereadora que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o Plenário, **REQUER** ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, que sejam prestadas as seguintes informações:

- Quais são os nomes das diretoras e coordenadoras das escolas da rede municipal de ensino que ocupam seus cargos por meio de concurso público, especificando a unidade escolar e o respectivo cargo;
- Qual o valor estimado que o Município deixa de arrecadar junto ao Governo Federal, em razão da manutenção dos cargos de direção e coordenação escolar como comissionados, se houver;
- Qual a justificativa formal da Área de Educação para a manutenção desses cargos como comissionados, bem como os motivos que levam o Município a perder recursos federais de forma recorrente ao longo dos exercícios financeiros.

JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

O presente Requerimento tem por objetivo assegurar a transparência na gestão da educação pública municipal, bem como permitir o efetivo exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo.

É de conhecimento que determinados programas e repasses federais condicionam o recebimento de recursos à adoção de critérios técnicos e objetivos, como o provimento de cargos de direção e coordenação escolar por meio de processo seletivo ou concurso público, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que esta Casa de Leis tenha acesso às informações sobre:

- a atual forma de ocupação dos cargos de gestão escolar;
- eventual impacto financeiro negativo decorrente da perda de recursos federais;
- as razões administrativas e legais que fundamentam a opção do Executivo pela manutenção dos

cargos como comissionados.

O esclarecimento dessas questões é essencial para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, para a correta aplicação dos recursos públicos e para a defesa do interesse coletivo, especialmente no que diz respeito à valorização da educação e ao fortalecimento da gestão democrática do ensino.

Diante do exposto, requer-se a aprovação do presente Requerimento.

AUTORIA:

Angela Maria Perazollo Palopoli

Não há outros autores para este documento.